

Jovens Agricultores

Por Fim...

Um
apelo à
Produção.

25 Anos

4 DOSSIER

A PAC e a Crise Alimentar Mundial
A Crise Alimentar Mundial - O Caminho a Seguir
Produção de Alimentos e Condicionalidade
A Importância da Agrobiotecnologia para Portugal
A Procura de Cereais para Biocombustíveis e
o Agravamento da Crise Alimentar
Com Mau Ambiente
Sector Agrícola: de Primário a Primeiro?

18 UM SECTOR EM ANÁLISE

Kiwi - Uma Aposta com Futuro

20 SER JOVEM AGRICULTOR

Na Cerealicultura

22 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Os Produtos Fitofarmacêuticos como Peça Fundamental
na Produção de Alimentos Seguros

24 ASSOCIATIVISMO

Novo Período de Candidaturas à
Instalação de Jovens Agricultores

26 A AJAP NA EUROPA

Jovens Agricultores Europeus
As Prioridades da PAC após 2013

27 LEGISLAÇÃO

28 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR

Ficha Técnica

[JUL | AGO | SET] 2008 N.º 75

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP
Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º
1269-128 Lisboa
Telefone: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Depart. de Comunicação

Redacção
Depart. Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Dep. Comercial
Olga Sereno

Paginação
AJAP

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita





Por fim a produção de alimentos.

Várias foram as encruzilhadas em que a agricultura portuguesa e europeia se encontraram nos últimos anos.

Com maior, ou menor protecção aos excedentes produzidos, à qualidade das produções, ao meio ambiente e às zonas rurais, se escreveu a história da agricultura europeia nos últimos anos.

Episódios como a doença das “vacas loucas”, os “frangos com nitrofuranos”, ou produtos hortofrutícolas com excesso de fitofarmacos, têm contribuído para que se tenham efectuado algumas modificações na PAC. São de louvar todas estas preocupações. Contudo, talvez tivesse sido pertinente prever que a necessidade alimentar a nível mundial fosse aumentar, consequência do aumento populacional, e também da melhoria das condições de vida de países extremamente populosos.

Para uma Europa cada vez mais dependente de produtos oriundos do exterior, ao menor sinal de crise alimentar mundial, assistimos à especulação e inflação de preços, com consequências para os consumidores.

E agora!!!

Vamos alterar regras e procedimentos! Vamos regressar às produções em massa!

Onde se posicionam os agricultores portugueses e europeus no meio de tudo isto?

Infelizmente constatamos que muitos agricultores já abandonaram a actividade, e pior ainda a maioria não deixou seguidores.

Se, por um lado, a diminuição da população ligada ao sector primário é sinal de progresso e modernização da agricultura, por outro, em países com as características de Portugal, a agricultura e a presença das comunidades rurais continuam, ou melhor deviam continuar a ser uma matriz das nossas áreas protegidas, de montanha, em suma de grande parte do interior. Sem a sua presença sucedem-se os fogos florestais, silvados e o abandono de uma parte significativa do país, com as suas consequências socio-económicas.

É preciso muita vontade política.

É preciso apoiar, e muito os agricultores que ainda não desistiram.

É preciso incentivar os mais jovens a acreditarem que a agricultura pode ser uma alternativa com futuro.

É preciso apoiar as diferentes instituições que sempre deram a cara e estiveram ao lado dos agricultores.

A AJAP, não desiste, nem desistirá, de dizer o que pensa.

Gostávamos de sentir da parte dos actuais responsáveis vontade e acções, para encontrar a resolução de muitos problemas que a nossa agricultura atravessa. Infelizmente perante um novo quadro, em que muita coisa ainda está no segredo dos deuses, temos cada vez mais a convicção que a agricultura não faz parte do programa do actual governo.

Firmino Cordeiro

A PAC E A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL



Mariann Fischer Boel
Comissária Europeia da
Agricultura

Entre Setembro de 2006 e Fevereiro deste ano, os preços agrícolas mundiais, em dólares, subiram cerca 70 por cento. Ao mesmo tempo, o preço do petróleo também disparou. Como resultado, em diversas partes do mundo, populações manifestam-se, os governos são ameaçados e a miséria da fome afecta mais fortemente muitas zonas urbanas pobres.

Na UE, a subida dos preços contribuiu para o aumento do preço dos alimentos e da inflação, apesar de o impacto nos preços retalhistas ter sido limitado pela apreciação do euro e a baixa percentagem que os produtos alimentares ocupam na média das despesas domésticas. O impacto foi mais sentido em alguns Estados-Membros e nas famílias de baixos rendimentos. Embora alguns agricultores tenham beneficiado, os produtores pecuários fo-

ram muito penalizados pelos elevados preços das rações.

A subida dos preços colocou a PAC de volta no centro das atenções e levantou preocupações sobre se se está no caminho certo. A 20 de Maio 2008, apresentei as propostas da Comissão para o Health Check da PAC, que podem ajudar os agricultores a reagir melhor ainda aos sinais do mercado, assegurando que a oferta satisfaça o aumento da procura.

Num mundo como o de hoje, não podemos defender restrições artificiais que impeçam os agricultores de responder energicamente à expansão da procura global. O maior inimigo dos elevados preços são os elevados preços que encorajam os agricultores a produzir mais. Mas isto pressupõe que a nossa política agrícola não distorça os sinais dos preços nem impeça o agricultor de responder a eles. Este é o raciocínio por trás da minha proposta de eliminar gradualmente as quotas leiteiras e de abolir o regime de retirada de terras, que deixou cerca dez por cento das terras agrícolas em pousio. Estas medidas dar-nos-ão um sector agrícola que possa responder rapidamente e com precisão às alterações da procura, sobreviver a choques e satisfazer melhor as expectativas de um público mais vasto.

Na secção das propostas sobre instrumentos de mercado da Health Check verifica-se esta viragem para uma maior orientação para o mercado com toda a clareza.

O regime de quotas leiteiras continua a ser o maior constrangimento da nossa produção - numa altura em que o mundo deseja claramente mais produtos lácteos europeus de elevada qualidade. O sistema está previsto acabar em 2015, mas no âmbito da Health Check da PAC, propus o seu aligeiramento um pouco antes, de modo a que os nossos produtores possam obter já uma fatia dos novos negócios em mercados emergentes.

"A subida dos preços colocou a PAC de volta no centro das atenções e levantou preocupações sobre se se está no caminho certo. A 20 de Maio 2008, apresentei as propostas da Comissão para o Health Check da PAC, que podem ajudar os agricultores a reagir melhor ainda aos sinais do mercado, assegurando que a oferta satisfaça o aumento da procura."

A obrigatoriedade de retirada de terras aráveis é outra situação que já não faz sentido em termos de mercado, pelo que deve ser abolida. Como tem produzido efeitos colaterais ambientais benéficos temos de tentar mantê-los. Esta é a razão porque gostaria de introduzir uma exigência relativa à condicionalidade faixas-tampão. Deveríamos também dar incentivos para a utilização de medidas ambientais de retirada de terras.

As propostas do Health Check da PAC também visam outros instrumentos de mercado, tais como a intervenção

pública e a ajuda à armazenagem privada. Acredito que a intervenção em termos de cereais seria mais eficaz se fosse baseada essencialmente em torno do trigo mole, com um sistema de concurso em funcionamento em todos os momentos. A intervenção para outros cereais só entraria em funcionamento em circunstâncias especiais.

Toda a intervenção nos laticínios também deve ser baseada em concurso. E os outros regimes de apoio no sector dos produtos lácteos devem ser facultativos no decurso de um determinado ano, ou ser abolidos. Eles foram criados para manter grandes excessos de oferta sob controlo, mas agora o excesso de produção deixou de ser um problema.

De igual modo, as minhas propostas de alterações ao regime de pagamento único tem como objectivo tanto aumentar a orientação dos agricultores para o mercado como prestar o melhor tipo de segurança.

"Estas medidas dar-nos-ão um sector agrícola que possa responder rapidamente e com precisão às alterações da procura, sobreviver a choques e satisfazer melhor as expectativas de um público mais vasto."

O desligamento ajuda os agricultores a responder de maneira rápida e precisa às exigências do mercado. Por isso, temos de seguir em frente com o des-

ligamento total. Penso porém que ainda existem algumas excepções a esta regra, mas apenas nos casos em que o desligamento parcial é claramente a melhor defesa contra sérios problemas económicos, sociais ou ambientais.

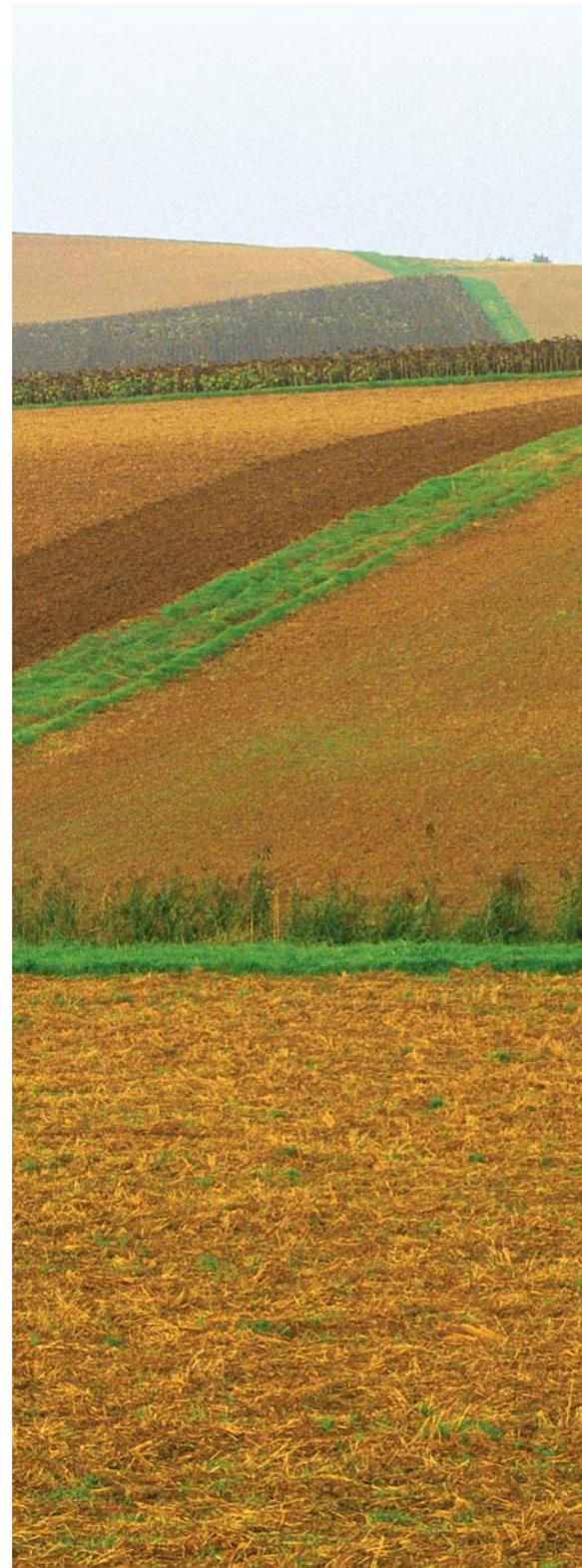
Gostaria de fazer do Artigo 69.º um instrumento mais flexível e adicionar novas aplicações. Por exemplo, os Estados-Membros poderiam utilizá-lo para apoiar medidas de gestão de risco – esquemas de seguro de colheitas contra catástrofes naturais, e fundos mútuos para crises ligadas a doenças animais e vegetais.

O Health Check da PAC não é a única resposta política da Comissão para a subida dos preços dos produtos alimentares globais. Em 20 de Maio de 2008, a Comissão apresentou uma comunicação que incluía uma resposta política com três vertentes:

- A curto prazo a Health Check da PAC e a monitorização dos preços no sector do comércio a retalho;

- Iniciativas de longo-prazo para melhorar a oferta agrícola, incluindo a promoção de critérios sustentáveis para os biocombustíveis e para o desenvolvimento da futura geração de biocombustíveis, dentro e fora da Europa;

- Uma resposta internacional mais coordenada para os efeitos da subida dos preços nas populações pobres, em particular no âmbito das Nações Unidas e do G8.



A CRISE ALIMENTAR MUNDIAL – O CAMINHO A SEGUIR



©FAO/Giulio Napolitano

Jacques Diouf
Director Geral da
Organização das Nações
Unidas para Agricultura e
Alimentação (FAO)

A actual crise alimentar mundial resulta em grande medida da pouca atenção dedicada à agricultura, ao longo das três últimas décadas.

Entre 1984 e 2004 os apoios à agricultura passaram de 8 mil milhões de dólares para 3,4 mil milhões de dólares, representando uma redução em termos reais de 58%. O peso da Agricultura na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) caiu de 17% em 1980 para 3% em 2006. As instituições financeiras internacionais e regionais registaram uma redução drástica nos recursos alocados a esta actividade, que constitui o principal sustento de 70% das populações pobres do mundo.

Hoje, as consequências da inacção falam por si próprias: a desenfreada subida dos preços dos alimentos e factores de produção gerou tensões

sociais, protestos e motins, e agravou a fome mundial. No nosso próximo relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo mostramos que o número de pessoas famintas aumentou em cerca de 50 milhões de euros em 2007. A maior parte deste aumento pode ser atribuído à alta dos preços dos produtos alimentares. Os números podem ainda aumentar mais em 2008, porque depois de meses de subida dos preços, os países esgotaram as suas reservas de orçamento e as famílias as suas poupanças. Sem estes, muito mais pessoas virão a passar fome.

Só ao longo dos últimos 12 meses, o índice dos preços dos produtos alimentares da FAO subiu, em média, 52%. Os preços de alguns bens, especialmente do milho continuaram a aumentar durante o primeiro semestre de 2008. Em meados de Junho de 2008, o preço do milho aumentou em mais de 70 vezes. De igual modo, os preços da soja e do óleo de soja alcançaram níveis recorde em meados de 2008.

A factura para a importação alimentar global subiu para 820 bilhões de dólares em 2007, o nível mais elevado na história. Os custos estão a aumentar mais de 26% em 2008 e poderão atingir nível mais alto de todos os tempos, de 1035 bilhões de dólares em 2008. Os países economicamente mais vulneráveis estão destinados a suportar os encargos mais elevados dos custos da importação de alimentos, estimando-se que os gastos totais dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) e dos Países de Baixo Rendimento com Déficit Ali-

mentar (LIFDCs) subam entre 37% e 40% face a 2007, depois de já terem aumentado 30% e 37%, respectivamente, no ano passado.

Mesmo que o índice de preços da FAO mostre que os preços dos alimentos diminuíram ligeiramente durante os últimos três meses, eles continuam bastante elevados quando comparados aos níveis de preços em 2006 e espera-se que continuem altos num futuro próximo.

"A actual crise alimentar mundial resulta em grande medida da pouca atenção dedicada à agricultura, ao longo das três últimas décadas.

Entre 1984 e 2004 os apoios à agricultura passaram de 8 mil milhões de dólares para 3,4 mil milhões de dólares, representando uma redução em termos reais de 58%."

O aumento sustentado do custo das importações de bens alimentares para países dos grupos mais vulneráveis é particularmente preocupante, uma vez que, com as actuais previsões, as suas importações anuais de produtos alimentares básicos poderão custar quatro vezes mais que em 2000.

No entanto, os elevados preços dos produtos alimentares não são necessariamente más notícias para todos, e os agricultores normalmente ganham mais quando os preços aumentam. Porém, desta vez só muito poucos agricul-

tores conseguiram lucrar. A maior parte deles tem sido muito penalizada pelo aumento dos custos. Neste momento, a pequena agricultura de subsistência nos países em desenvolvimento é particularmente afectada pela rápida subida dos preços das sementes, fertilizantes e combustíveis sem poderem beneficiar da alta dos preços dos produtos finais.

A resolução desta crise necessita de um duplo enfoque com medidas tanto para as questões de curto como as de longo prazo. A curto prazo, as principais prioridades são garantir a existência de ajuda humanitária disponível, de forma atempada e sempre que necessária, e ajudar os pequenos agricultores dos países vulneráveis ao longo das próximas duas campanhas, fornecendo-lhes as sementes, os fertilizantes, as ferramentas e a alimentação animal necessárias para produzir alimentos suficientes para as suas famílias e comunidades.

Antecipando o impacto generalizado e a grave natureza da escalada dos preços dos produtos alimentares, em Dezembro de 2007, a FAO lançou a sua Iniciativa sobre a Subida dos Preços Alimentares (Initiative on Soaring Food Prices - ISFP) para ajudar os países mais vulneráveis a pôr em prática medidas urgentes para fomentar o aprovisionamento alimentar, assegurando o sucesso das suas campanhas agrícolas e disponibilizando apoio a políticas para melhorar o acesso aos alimentos.

Um total de 79 países já solicitou a

assistência da FAO de curto e longo prazo, e a Iniciativa sobre a Subida dos Preços Alimentares envolve actualmente intervenções imediatas para aumentar a produção local de alimentos em 65 países com défice alimentar, correspondendo a um custo inicial de 59 milhões de dólares. Mas este é apenas o ponto de partida e será necessário trinta vezes mais - 1,7 biliões de dólares - para desenvolver uma resposta de abastecimento substancial e abrangente.

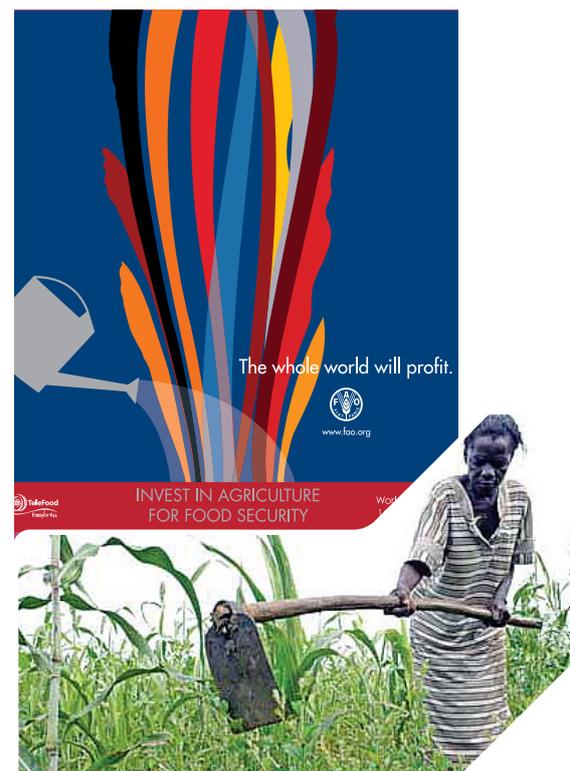
"A resolução desta crise necessita de um duplo enfoque com medidas tanto para as questões de curto como as de longo prazo."

A longo prazo, a solução reside num maior investimento na agricultura nos Países em Desenvolvimento - a FAO calcula serem necessários cerca 30 biliões de dólares por ano - e na resolução de distorções existentes no comércio agrícola actual fruto dos acordos em vigor.

No que diz respeito ao financiamento, o começo foi encorajador. Os países doadores prometeram disponibilizar cerca de 22 mil milhões de dólares para a luta contra a fome, dos quais 10,8 mil milhões durante a Conferência de Alto Nível da FAO que teve lugar em Roma em Junho deste ano. Este valor é superior a mais de cinco vezes o nível de todas as APD para a agricultura em 2006. Esperamos que as promessas muito animadoras se concretizem e

traduzam em contribuições financeiras e em espécie, chegando aos pobres de todo o mundo.

A UE, como o maior bloco comercial do mundo, é o principal doador de Ajuda ao Desenvolvimento, terá um papel importante a desempenhar neste contexto. Mas será necessário mais do que o dinheiro para que a Europa ponha em prática todo o seu potencial enquanto força de desenvolvimento. Igualmente importante é dar substância concreta ao apelo consagrado na Declaração final da Conferência de Alto Nível, que apelou à comunidade internacional para prosseguir os seus esforços na liberalização das trocas internacionais no domínio da agricultura, reduzindo as barreiras comerciais e as políticas de distorção do mercado.



PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CONDICIONALIDADE



Tito Rosa
Presidente do ICNB -
Instituto da Conservação
da Natureza e da
Biodiversidade, I.P.

Acontece! Elaboramos muitos estudos, fazemos muitas estratégias, concebemos muitas políticas e até construímos instrumentos e depois a economia “ultrapassa-nos”! Mostramo-nos surpreendidos, tudo reequacionamos, novos estudos e estratégias relançaremos, inventamos ou reinventamos nomes (agora “tratamos da saúde” da política!), novos instrumentos serão desenhados.

Se esta trajetória é inevitável (é difícil conseguir prever com rigor em sede de planeamento estratégico e de elaboração das consequentes políticas) ela seria, pelo menos, menos surpreendente e de efeitos mais geríveis se conseguíssemos investir, ao menos, de forma equiparada, na atitude, nos meios e na gestão de acompanhamento e análise de indicadores de terreno, se enfim, conseguíssemos ter mais proximidade com as actividades e operadores, para retirar just in time os sinais subjectivos que em trabalhos de programação são sub-avaliados e que, considero, serem de-

terminantes para um bom planeamento. Sendo certo que as medidas de política económica ou social podem condicionar e condicionam o comportamento dos agentes, por vezes, como observámos ao longo do tempo da PAC, de forma perversa (porque demorou tanto tempo o olival intensivo de regadio a “chegar” ao Alentejo, pergunta interessante para ponderar na resposta!), também não é errado considerar que observar o comportamento dos agentes e as suas motivações, inclusive de natureza social e ou emocional, ajudaria muito a ajustar melhor as políticas que se desenham.

Também é recorrente, sendo pernicioso, a ideia da radicalização das opções. Ou é tudo num sentido ou é tudo noutra sentido! Se juntarmos o “sal” da distribuição de recursos públicos, elevados e com relativa exigência de capacidade e de mérito (real e não administrativa - a supremacia dos critérios de política sobre os critérios de rendibilidade e promoção social) e a “pimenta” das regras de jogo da política, contribuimos para criar condições de maior exposição dos agentes, logo dos sectores, aos inevitáveis ciclos económicos e seus efeitos.

Nos últimos anos foi um pouco isso que aconteceu em matéria de política agrícola. Dizia-se: “As agriculturas evoluídas produzem em excesso, as populações dos países evoluídos “comem” demais, a agricultura é excessivamente predadora de recursos naturais, os países menos evoluídos podem produzir mais e mais barato, gasta-se muito dinheiro com a agricultura, há transferências de recursos orçamentais insustentáveis de defesa junto dos contribuintes, é preciso diminuir a produção, é preciso promover o ambiente e a natureza, é necessário criar regras duras de condicionalidade...!”.

Não sou, como penso ser conhecido, defensor de ideias absolutas! Sempre pensei, também onde estou agora, que promover

uma rede de opções minimiza riscos e pró agir com os agentes fortalece estratégias e promove resultados.

Significa isto ter em sede de definição de políticas a preocupação de fomentar a diversidade de sectores, de empresas, de tipologias de investimento, de instrumentos de apoio, preferivelmente cada vez mais associados às fontes financeiras do mercado de capitais, o que, conjugado com exigência de valores (competência, resultados, responsabilidade ambiental e social), garante a solidez de desenvolvimento e a plasticidade para absorver, com danos colaterais baixos, mudanças de estratégia e de políticas.

Devemos, todavia, reconhecer que a evolução da PAC no sentido de abertura da produção às regras de mercado e de promoção da observação de regras de gestão compatíveis com os recursos naturais foi um passo qualitativo e estratégico que, apesar das conjunturas, mais ou menos longas, associadas à alta dos preços dos alimentos, deverá ser mantida e aprofundada.

“Seria tão inadequado e estrategicamente de sensível risco abolir ou restringir as práticas de condicionalidade, como assumir esta como entrave ao desenvolvimento e factor de bloqueio à promoção de unidades económicas produtivas competitivas”.

Neste contexto deve ser entendido, na minha óptica, o chamado “aligeiramento” de regras de condicionalidade. Sim, porque o que por vezes está em causa, ou distorce a intenção de quem cria ou pensa, não é a condicionalidade, hoje inevitável, mas sim as regras. Experiência suficiente temos para saber como as regras e o exagero na sua aplicação podem deturpar as intenções e as vontades. Boas práticas de organização e gestão dessas

regras podem minimizar muitos álibis de condicionamento ou proibição!

Produzir hoje continua a ser tão importante quanto o era antes mas, como sabemos, cada vez com mais exigência, ou seja com mais competitividade. Esta é a resultante da actuação de vários inputs que não se esgotam no acto directo de produção. Incorpora, com crescente importância, serviço, responsabilidade, estratégia e gestão.

É neste contexto de competitividade que pode ser vista também a imposição de disciplinas de condicionalidade. De facto, na PAC, as palavras por vezes desfoam as práticas e a condicionalidade não pode ser entendida como condição para receber ajuda pública mas como investimento para melhorar competitividade.

É inteligente integrar na estratégia produtiva as boas práticas em matéria de sustentabilidade ambiental, no seu sentido mais amplo, ou seja, não apenas na utilização eficiente dos recursos mas também, cada vez mais, em equilíbrio com a promoção da riqueza associada aos recursos da natureza, seja no campo dos habitats seja na relação com a vida das espécies de fauna que se encontram, de alguma forma ameaçada e que, muito frequentemente, são úteis à própria actividade produtiva.

Seria tão inadequado e estrategicamente de sensível risco abolir ou restringir as práticas de condicionalidade, como assumir esta como entrave ao desenvolvimento e factor de bloqueio à promoção de unidades económicas produtivas competitivas. Incentiva-se assim uma atitude prudente, não excessivamente conjuntural, independente de lobbies de curto prazo e inteligentemente assente em fomentar o desenvolvimento dos produtores de forma consistente, ou seja incorporando os ingredientes de sucesso de uma produção competitiva, entre outros, as boas condições de gestão ambiental e de preservação da natureza e da biodiversidade.



A IMPORTÂNCIA DA AGROBIOTECNOLOGIA PARA PORTUGAL



Manuel Pedro Fevereiro
Presidente do Centro de
Informação de Biotecnologia
Director do Laboratório de
Biotecnologia de Células Vegetais do ITQB/UNL

Não é razoável, sobretudo para economias frágeis como a nossa e com produções agrícolas dificultadas pelas condições edafo-climáticas e pelo preço dos factores de produção, prescindir das variedades vegetais geneticamente modificadas (VGMs), utilizadas por mais de 12 milhões de agricultores em todo o mundo. Estas variedades são desenvolvidas para aumentar a sustentabilidade dos sistemas e reduzir os “inputs” e são aprovados por agências credíveis, responsáveis por fazer a avaliação do risco da sua utilização.

As VGMs aprovadas e actualmente utilizadas em todos os continentes são reconhecidas por instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde e a FAO como

não apresentando maiores riscos que as variedades convencionais, quer para a saúde humana e animal, quer para o ambiente.

Todos os argumentos, quer os relacionados com a “contaminação” de culturas produzidas por outros modos (convencional ou biológico), quer os relacionados com os possíveis “impactos negativos” na saúde humana e animal ou no ambiente têm vindo a ser “desmontados” através de análises técnicas e científicas cuidadas, publicadas em centenas de artigos científicos. Os dados existentes até à data provam, ao invés, que as variedades contendo alterações genéticas resultantes desta tecnologia apresentam impactos semelhantes aos das variedades convencionais, quer na saúde, quer no agro-ambiente. Só a Europa gastou, até ao 5º Programa quadro, cerca de 70 milhões de euros, em 81 projectos, onde participaram mais de 400 investigadores, para testar as variedades transgénicas vegetais, não tendo sido encontrados riscos significativamente diferentes relativamente ao uso das variedades convencionais.

O único argumento que poderia ser utilizado contra a utilização das VGMs, é o de que esta tecnologia poderia prejudicar a economia agrícola regional, quer através dos custos da sua adopção, quer através da incapacidade de colocação no mercado dos produtos resultantes da sua aplicação. Mas a prática comprova que nada disso acontece. Uma tese

de mestrado realizada na Universidade de Wageningen, da qual fui co-responsável, demonstra que os agricultores portugueses que optaram por produzir milho Bt obtiveram, em média, mais 220 a 250 euros por hectare de diferença nos lucros operacionais, quando comparado com o uso das variedades não transgénicas. As rações produzidas com o recurso às VGMs são comercializadas e utilizadas pelos produtores de gado, porcos e frangos, sem qualquer inconveniência, de acordo com mais de meia centena de estudos científicos publicados em revistas internacionais de referência.

“Uma tecnologia que em Portugal permite a pequenos e grandes agricultores reduzir os custos de produção entre 10 a 15%, aumentar a produtividade até 25%, evitar o uso de pesticidas, reduzir a emissão de dióxido de carbono por redução do uso de tractor e reduzir 50% a 90% o teor em micotoxinas (fumonisinas) não pode deixar de ser vista como uma tecnologia sustentável.”

Globalmente, os benefícios económicos do uso de VGMs, ao nível da propriedade agrícola, ascenderam a 5 mil milhões de dólares em 2005 – 27 mil milhões entre 1996-2005. Nos EUA, estima-se que os ganhos médios, ao longo de 10 anos, obtidos com as variedades de milho



transgênicas resistentes à broca foram de 156 milhões de dólares ao ano. O uso das VGMs reduziu em 224 milhões kg a utilização de agrotóxicos (pesticidas e herbicidas), correspondendo a uma redução de mais de 15% no impacto ambiental associado. A redução de emissão de gases de efeito de estufa derivados da actividade agrícola é equivalente à remoção das estradas de 4,7 milhões de automóveis em 2005. A utilização de variedades resistentes aos herbicidas viabiliza a adopção de técnicas de não mobilização do solo (“no till”) permitindo reduzir em milhões de toneladas anuais as perdas de solo por erosão, só nos EUA.

A adopção desta tecnologia cresce ao ritmo de 10-12% ao ano desde 1996 e no ano de 2007 atingiu a marca de mais de 114 milhões de ha, espalhados por 23 países. Significativamente, cerca de 11 milhões dos agricultores que utilizaram estas variedades são pequenos agricultores, com recursos limitados, vivendo em países em vias de desenvolvimento.

Em Portugal, em 2008, foram recebidas 225 notificações de cultivo envolvendo um total de 4.750 ha distribuídos por todas as regiões agrícolas de Portugal continental, o que corresponde a um acréscimo de área cultivada com milho geneticamente modificado de 15% relativa-

mente a 2007 (DGADRS/MADRAP 26/07/02008). Comparativamente em Espanha, em 2007, semearam-se 75,150 ha e desde 1998 que os agricultores espanhóis beneficiam do uso destas variedades. Note-se que Portugal importa cerca de 2/3 do milho que consome e que metade do que importa é proveniente de países em que não se faz a segregação entre as VGMs e as variedades convencionais.

Uma tecnologia que em Portugal permite a pequenos e grandes agricultores reduzir os custos de produção entre 10 a 15%, aumentar a produtividade até 25%, evitar o uso de pesticidas, reduzir a emissão de dióxido de carbono por redução do uso de tractor e reduzir 50% a 90% o teor em micotoxinas (fumonisinas) não pode deixar de ser vista como uma tecnologia sustentável. A estas vantagens (do uso das variedades resistentes à Broca) deveriam juntar-se as vantagens da resistência ao glifosato, as quais continuam a não ser autorizadas na Europa, pese embora as importantes vantagens da sua utilização, nomeadamente no que se refere à mobilização do solo e controlo de ervas daninhas.

Enquanto nos laboratórios os conhecimentos sobre a biologia das plantas se acumulam e se desenvolvem novas tecnologias para auxiliar

o melhoramento e a selecção das plantas, prosseguindo o sonho de se desenvolver um “melhoramento de precisão”, para adequar as variedades às condições edafo-climáticas específicas de cada região, a Europa (e Portugal incluído) parece mais interessada em garantir reeleições e em proteger os grupos económicos instalados. Isto ao mesmo tempo que se assiste nos últimos 30 anos, em particular em Portugal, ao abandono da produção primária. O desinvestimento sistemático do nosso país na produção primária e na sua inovação é, do meu ponto de vista, uma das razões da nossa fraca economia e da dependência permanente do exterior. Que não será ultrapassada recorrendo a formas de produção agrícola que embora circunstancialmente valorizadas, a prazo constituirão, a meu ver, mais um foco de desequilíbrio e de desigualdade social.

Utilizar as variedades transgênicas não é a forma de ultrapassar as debilidades da nossa Agricultura. No entanto, optar por métodos de produção modernos, que incluam não só aquilo a que se chama “agricultura de precisão”, mas também variedades mais produtivas e que ao mesmo tempo exijam menos “inputs” e agressões ao ambiente, é seguramente o caminho a seguir para repor aquilo que se tem vindo a delapidar.

A PROCURA DE CEREAIS PARA BIOCOMBUSTÍVEIS E O AGRAVAMENTO DA CRISE ALIMENTAR



Pedro Ferraz da Costa

Aceitei o amável convite da AJAP para escrever este artigo, mas antes de começar gostava de declarar que tenho interesses no sector. Tenho actividades de importação de sementes de milho e trigo híbridos e produção de semente seleccionada, com destaque para a cevada dística e acho que a agricultura portuguesa ganharia em trabalhar directamente para a indústria, com contratos indexados às bolsas.

1. O FIM DA COMIDA BARATA

Em Setembro do ano passado, o preço mundial do trigo ultrapassou os 400 dólares a ton. Em Maio tinha estado a 200. Convém lembrar que, em termos reais, estes \$400 são inferiores ao pico de 1974, mas mesmo assim são o dobro da média dos últimos 25 anos. O milho ultrapassou \$175 por ton. e no fim do ano passado estava a \$150, mais 50% do que em 2006.

No passado, preços record eram o reflexo de escassez causada por más

colheitas. Apesar de dois anos seguidos de más colheitas na Austrália o que é mais notável é que estes preços record aparecem numa época de abundância com uma colheita em 2007 de 1.660 milhões de ton., a maior de sempre e 5% superior à de 2006 que já tinha sido muito boa, o que é sinal de que qualquer coisa fundamental está a mudar no mercado dos cereais.

Uma é o aumento do rendimento na China e na Índia, que impulsiona o consumo de carne que, por sua vez, aumenta a procura de cereais para alimentação animal. Se o uso directo dos cereais na alimentação, nomeadamente o pão, está ligado ao crescimento da população, que tem crescido menos nas últimas décadas e tem por isso estabilizado, já a procura de carne está correlacionada com o crescimento económico global que vai no sexto ano seguido de crescimento a mais de 4%.

Em 1985 a China tinha um consumo per capita de 20kg por ano. Agora consome mais de 50kg. Mesmo quando este crescimento do consumo de carne abrandar na China, outros países em desenvolvimento se seguirão. Nesses países o consumo de cereais não aumenta desde 1980, mas o da carne dobrou.

Os agricultores usam actualmente mais 200/250 milhões de ton para alimentação animal do que há 20 anos. Desde o fim da década de 80 um aumento anual entre 1 e 2% na procura de cereais para rações sustentou o crescimento da procura global de cereais e fez subir os preços desde os níveis baixíssimos a que estavam e convém lembrar que os preços bai-

xos no mercado mundial eram o resultado das políticas de exportação de excedentes a preços subsidiados pela União Europeia e pelos EUA. Mas se esta evolução, com origem na maior procura de carne e de cereais para rações, foi lenta e não explica as subidas brutais do ano passado, já a procura de etanol nos EUA explica. A América é o maior exportador de milho do Mundo e já consome mais milho para produzir etanol do que para exportar. Há previsões de que absorverá até 1/3 da sua produção de milho para produzir etanol.

O efeito alargou-se a outros produtos, pois que o alargamento das áreas de sementeira de milho fez-se em detrimento do trigo e da soja, colhendo-se 335 milhões de ton de milho, mais 25% do que no ano anterior.

Os stocks mundiais têm descido, evidenciando uma produção insuficiente e o etanol, ou a sua produção, representa metade do déficit. É de esperar uma grande pressão da opinião pública contra o etanol e o seu custo para o contribuinte americano é brutal – \$0,30 por litro em subsídios federais, mas com o petróleo ao nível actual os governos continuarão a apoiar todo o tipo de energias alternativas.

1ª Conclusão – a procura de cereais vai continuar elevada.

Os preços vão depender portanto da capacidade de aumentar a produção. Ela só aumentará se aumentar a superfície cultivada, o que aconteceu em quantidade limitada. Terras do Brasil, Rússia, Cazaquistão e da África Austral, disponíveis em enormes superfícies necessitam de

grandes investimentos em estradas e outra infra-estruturas, que levam décadas a construir.

Grandes ganhos poderiam ser obtidos através de sementes geneticamente modificadas.

Novas directrizes comunitárias vão quase impossibilitar o uso de pesticidas e os especialistas consideram que a Europa – julgando-se ainda na época dos grandes excedentes – vai perder cerca de 20% do seu potencial produtivo.

2ª Conclusão – várias limitações tornam pouco provável um aumento da produção que compense o aumento do consumo.

O IFPRI – International Food Policy Research, financiado por governos e bancos de desenvolvimento acredita que os preços dos cereais subirão 10 a 20% até 2015 e a FAO tem previsões ainda mais elevadas. Um nível elevado do preço do petróleo também fará subir os preços dos adubos.

3ª Conclusão – haverá fortes tentações dos governos nacionais intervirem nos preços e no comércio internacional, impedindo os agricultores de receberem totalmente o estímulo à produção que preços altos significam.

Isto já está a acontecer em vários países.

2. A SITUAÇÃO EM PORTUGAL

Dada a estrutura do mercado energético em Portugal é pouco provável que Estado e Galp estejam interessados no desenvolvimento das culturas energéticas. E é verdade que, em

termos económicos, faz mais sentido recorrer à importação do Brasil.

Já no que toca ao consumo de cereais para pão, massas e farinhas por um lado e malte e cereais para rações por outro, a situação de risco de rotura de abastecimento levará quase todos os fabricantes que necessitam de abastecimento regular de cereais a considerar como indispensável celebrar contratos de abastecimento com a lavoura, a preços que estimulem a produção, como já aconteceu em 2008 e se alargará em 2009.

Apesar de todos os aspectos positivos que a alta dos cereais significa para a agricultura portuguesa, empresarial ou familiar, o governo não deu até agora sinais de que, no fundo, não está do lado dos consumidores no sentido demagógico da expressão.

4ª Conclusão – não é provável poder contar-se com contributos positivos do MAP ou da PAC. A fileira dos cereais devia organizar-se autono-

mente e ter uma política de comunicação interna e para o exterior.

3 – A RENTABILIDADE POSSÍVEL

Os custos têm subido, mas as margens também. Como é vulgar referirem-se em percentagem os acréscimos de custos de alguns dos factores, sem atender ao seu peso relativo no total da conta da cultura, indicam-se custos para 2005 e 2008, baseados na experiência de vários agricultores.

Não se inclui o valor da renda da terra, nem o valor das palhas ou do restolho.

Do quadro se conclui que os custos aumentaram cerca de 180€/ha e que 1920 kg de cevada dística a 250€ a ton. já cobrem os custos. A rentabilidade é possível e culturas bem conduzidas de 3 ton. em sequeiro e 5/6 em regadio são objectivos realistas nas terras adequadas.

CONCLUSÃO: As perspectivas são melhores que no passado.

Custo aproximado 1 ha de Cevada Dística (em Euros)

	2005	2008	Δ%
Semente certificada 180kg	65,25	81,00	+24
Adubo fundo 18-46 a 150kg/ha	39,30	144,00	+266
Adubo de cobertura 26%	39,60	72,00	+82
Monda química	12,00	12,30	-2,5
Tratamento oídio helmintosporium	25,00	25,00	0
SUB TOTAL	181,15 €	343,30€	+84
TRABALHO DE MÁQUINAS			
Sementeira	45,00	55,00	+22
Monda	12,50	15,00	+20
Cobertura	6,00	10,00	+67
Tratamento	12,50	15,00	+20
Debulha e transporte	40,00	50,00	+25
SUB TOTAL	116,00€	145,00€	+25
TOTAL	297,15€	479,30€	+61

COM MAU AMBIENTE



Luís Carloto Marques
Deputado
Grupo Parlamentar PSD

Soajo e Penêda

Em 2006, um incêndio florestal consumiu seis mil hectares do Parque Nacional da Peneda-Gerês (Soajo e Peneda). As comunidades humanas, dependentes da silvo-pastorícia, foram fortemente penalizadas pela extensão deste incêndio, de cuja dimensão não existe memória no nosso único Parque Nacional.

Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, visitou a área atingida, precedido de uma visita parlamentar de diversos Deputados. O Governo mostrou-se insensível ao drama das comunidades rurais. O Ministro Jaime Silva afirmou no Parlamento que não ficara impressionado com o que observara, tese defendida também no Parlamento por um Deputado do

partido maioritário, eleito pelo círculo de Bragança, que a seu modo acreditou no “milagre” instantâneo da regeneração das pastagens.

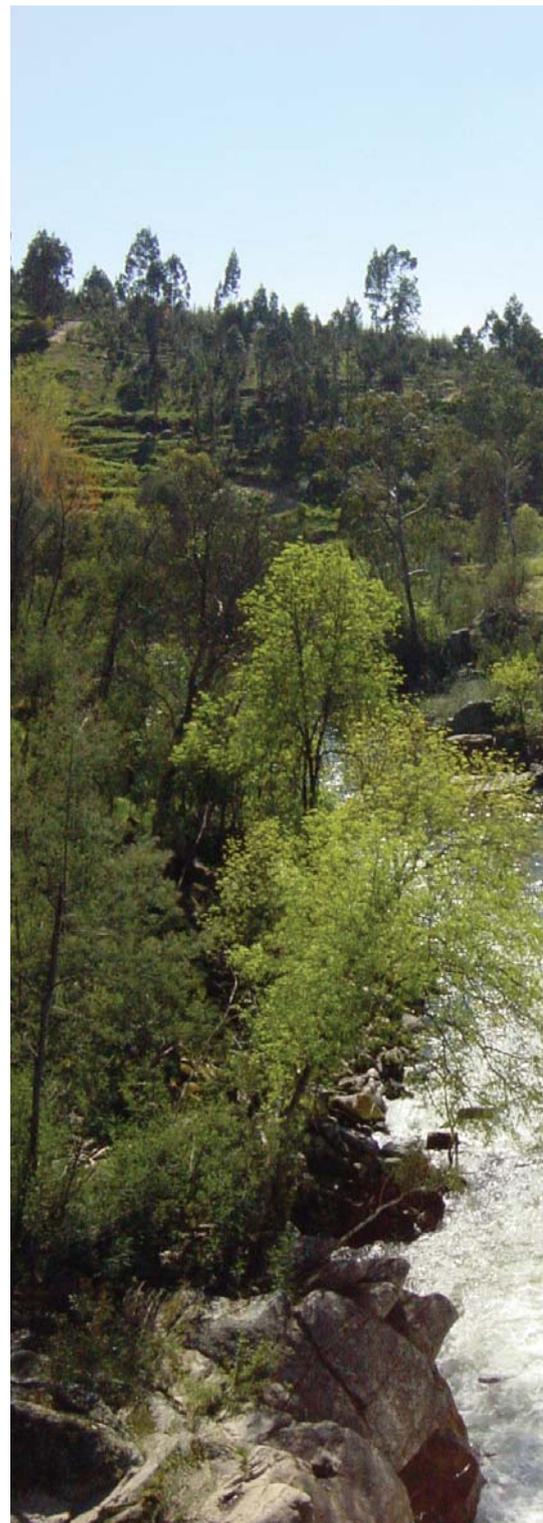
Sem apoios “divinos” nem do Governo, foi com o esforço financeiro exclusivo dos agricultores ao adquirir fenos e rações, que estas comunidades rurais mantiveram os seus efectivos pecuários.

Com as suas presas naturais a procurar novas pastagens, os lobos regressaram aos povoados para se alimentarem dos animais domésticos, agora circunscritos à povoação alimentados à força de forragens compradas. As indemnizações aos proprietários dos rebanhos vítimas dos ataques dos lobos estão por pagar desde 2006.

É nos momentos mais delicados das nossas vidas que necessitamos de solidariedade. O drama que atingiu (atinge) as comunidades rurais do Soajo e da Penêda ilustra a indiferença do Ministro da Agricultura perante os agricultores mais desfavorecidos. É forte com os mais desprotegidos e fraco com os fortes.

O Alentejo está mais verde

Embevece-se o Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, com os investimentos espanhóis nos olivais intensivos no Alentejo. Ficar-me-á na memória uma célebre frase em que afirmou





que o “Alentejo está mais verde”.

Contudo, o Senhor Ministro Jaime Silva não se impressiona com o garrote financeiro que, no âmbito das medidas agro-silvo-ambientais, impôs aos nossos olivais tradicionais, produtores de um azeite único e que se localizam em regiões desfavorecidas. Desconhece as densidades dos olivais tradicionais, os fenómenos da safra e contra-safra e creio mesmo que a denominação de oliveira galega era-lhe desconhecida até ser confrontado com as suas características.

Na resposta às críticas que lhe são dirigidas, responde sempre que os espanhóis não solicitaram apoios ao Governo (português entenda-se), numa versão cor-de-rosa, de um país multifacetado. Os nossos olivais de sequeiro saberão resistir a estes tempos agrestes, continuarão fiéis à sua memória genética, adaptados às características edafo-climáticas e continuarão a fornecer-nos um paladar inconfundível.

Áreas Desprotegidas

Denominadas hoje com ITI (Intervenções Territoriais Integradas), outrora como Planos Zonais, este programa do PRODER (na sua versão anterior de PDR), são em quase todos os Parques Naturais um flagrante insucesso.

Destinados a apoiar a especificidade da agricultura dos Parques Naturais,

começa logo por ser um programa que discrimina os agricultores. Veja-se por exemplo o Distrito de Beja: - os agricultores que tenham as suas explorações no Parque Natural do Sudoeste do Alentejo e da Costa Vicentina ou na Zona de Protecção Especial de Castro Verde podem candidatar-se a este programa; os que residam no Parque Natural do Vale do Guadiana ou na Zona de Protecção Especial de Moura Barrancos estão impedidos de se candidatar. Este exemplo estende-se por todo o território continental.

A agricultura e a presença das comu-

"A agricultura e a presença das comunidades rurais continuam a ser uma matriz das nossas áreas protegidas.

Sem a sua presença sucedessem os fogos florestais e consequentemente a perda de biodiversidade...."

nidades rurais continuam a ser uma matriz das nossas áreas protegidas. Sem a sua presença sucedessem os fogos florestais e consequentemente a perda de biodiversidade. As nossas especificidades têm que solidariamente ser suportadas pela União Europeia. Em nome de um deve e do haver existe quem entenda ser preferível desperdiçar os apoios para as comunidades rurais. Uma factura política e ambiental que lamentavelmente os agricultores estão a pagar.

SECTOR AGRÍCOLA: DE PRIMÁRIO A PRIMEIRO?



Carlos Neves
Vice-Presidente da AJAP
Licenciado em Ciências
Sociais

Durante anos, a redução da percentagem de população activa na agricultura foi apontada como indicador de desenvolvimento económico. Essa foi uma tendência registada nas últimas décadas em Portugal e que se acentuou com a adesão à União Europeia. Reduzindo-se o número de “eleitores-agricultores”, baixou também a atenção dos partidos políticos às questões agrícolas.

A redução da população activa foi compensada com a modernização e evolução tecnológica da agricultura, que permitiu duplicar a produção por activo agrícola, de modo que hoje metade dos agricultores produzem o mesmo que se produzia antes da adesão à Europa. No entanto, como o produto agrícola estagnou e

aumentaram outros produtos e serviços, reduziu-se o peso económico da agricultura.

A melhoria das vias e meios de comunicação e a progressiva abertura de fronteiras conduziram à globalização económica. O processo não é novo: já em 1703, com o tratado de Methuen, Portugal e Inglaterra assinavam um acordo facilitando a troca comercial dos vinhos portugueses por têxteis ingleses, aplicando os princípios económicos liberais do século XVIII, onde se destacava a “Divisão Internacional do Trabalho”, desenvolvida pelo economista David Ricardo e que defendia a especialização dos países na actividade em que fossem mais eficientes. Na prática, uma divisão entre países desenvolvidos (produtores de manufacturas) e subdesenvolvidos (produtores de matérias-primas). A diferença para a actualidade é que agora o nosso país, integrado na Europa, está do lado “desenvolvido” e o sector agrícola deixou de ser estratégico. Estratégicos são os serviços, o turismo e as novas tecnologias.

A redução da importância da agricultura em Portugal e na Europa pode também ser apontada como resultado do sucesso da Política Agrícola Comum. A PAC surgiu no início da construção europeia, num período de carência alimentar e, como tal, teve como primeiro objectivo aumentar a produção. Resultou de tal forma que produziu excedentes, há

mais de duas décadas, excedentes que entretanto foram controlados mas não mais deixaram de existir. Ora, no mercado, como em tudo na vida, só tem valor aquilo que falta. Não falta comida, esquece-se a agricultura. Importa referir ainda outra consequência da PAC: Para evitar excedentes e as críticas dos parceiros da Organização Mundial do Comércio, a Europa trocou as ajudas à produção por ajudas ao rendimento dos agricultores, quase sempre com valores indexados à redução do preço dos produtos agrícolas. De certa forma, a atribuição de ajudas aos agricultores ficou dependente daquilo que já produziam ou das queixas que entretanto apresentassem. Tor-

"A subida registada no preço dos cereais e outros alimentos, motivada pela baixa de produção em alguns países mas sobretudo pelo aumento da procura de Biocombustíveis na Europa e Estados Unidos e alimentos na China e Índia, levou o mundo a tomar consciência da necessidade de garantir bens alimentares que assegurem a nutrição das respectivas populações."

nou-se comum assistir a manifestações de agricultores declarando-se na miséria, ao mesmo tempo que outros, com explorações de maior dimensão, são apontados como grandes beneficiários do sistema. O

problema é que o cidadão comum, urbano, tem inveja de uns e pena dos outros, mas pouco respeito pela profissão de agricultor.

A subida registada no preço dos cereais e outros alimentos, motivada pela baixa de produção em alguns países mas sobretudo pelo aumento da procura de Biocombustíveis na Europa e Estados Unidos e alimentos na China e Índia, levou o mundo a tomar consciência da necessidade de garantir bens alimentares que assegurem a nutrição das respectivas populações. A necessidade da existência de uma “reserva estratégica de alimentos” em cada país é hoje encarada com mais atenção. Por outro lado, atendendo à evolução actual e às previsões do aumento da população mundial, dirigentes da ONU apontaram a necessidade de duplicar a produção agrícola.

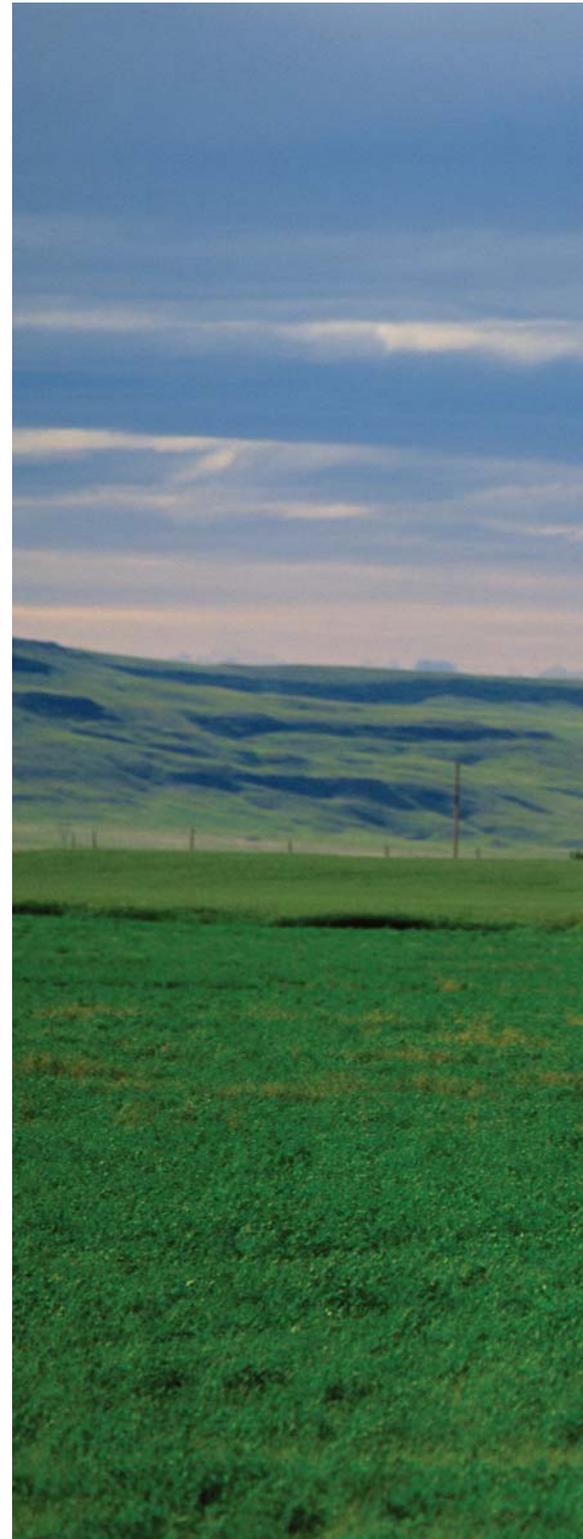
Felizmente, há muito potencial produtivo possível de desenvolver em África, América do Sul e Ásia. Contudo, muito desse desenvolvimento terá de partir do zero e fica dependente de uma série de conflitos armados que estão longe de resolver-se. Por isso, faz sentido aproveitar o potencial produtivo, as vias de comunicação e estruturas existentes nos países desenvolvidos para cultivar todos os pedaços de terra disponível.

Há pouco tempo, um empresário português apontava os três sectores estratégicos para os próximos anos: Energia, água e Alimentos. A confir-

mar essa tese estão os diversos Investimentos de grandes grupos económicos na agricultura e o interesse do mercado financeiro pelas “bolsas de futuros”, onde se negociam as próximas colheitas agrícolas.

É importante que as dificuldades actuais não impeçam os agricultores, nomeadamente os jovens, de “ver ao longe” as oportunidades que se vislumbram. É preciso que o tradicional pessimismo português, ainda mais tradicional no meio rural, não paralise os agricultores e as suas organizações, ao mesmo tempo que outros, vindos de fora do sector ou do país, investem e apostam na agricultura.

Esse ânimo que o sector precisa depende também da sociedade e mais directamente daqueles que a sociedade elege para governar a cidade, a “polis”, portanto, os políticos. A agricultura será mais atractiva e mais desenvolvida quando os políticos e os partidos tomarem consciência da sua importância estratégica. Quando apoiarem a instalação e o investimento na agricultura com o mesmo entusiasmo com que se entregam computadores às crianças ou se inauguram fábricas de novas tecnologias. Quando a instalação de um jovem agricultor for tão relevante como o início de outra empresa com o mesmo impacto ambiental, económico e social. Quando uma licenciatura em agronomia ou outra formação agrícola for tão respeitada na sociedade como um curso de medicina.



KIWI - UMA APOSTA COM FUTURO

Será a cultura do kiwi uma oportunidade para quem quer investir na agricultura?

Estudos de mercado comprovam que a procura vai continuar a aumentar, o kiwi é um fruto cada vez mais procurado, devido às características nutricionais e dietéticas e Portugal tem regiões com condições excepcionais para a sua produção.

A Fileira do Kiwi é actualmente encarada como uma fileira bastante promissora. Isto porque, possui características que dificilmente se encontram noutras fileiras, das quais se podem destacar, a sua organização comercial, com base na concorrência salutar e na cooperação entre as empresas de comercialização; os kiwicultores são abertos à inovação, à competitividade, ao empreendedorismo e aplicam de forma eficaz o know-how recolhido nos países

de kiwicultura mais avançada e, por último, Portugal possui os solos e climas muito favoráveis à obtenção de produções com alta qualidade, ajustadas às tendências favoráveis do mercado internacional.

Não é por acaso que esta fileira é considerada prioritária pelo Ministério da Agricultura, face a outras fileiras, no que diz respeito a condições de acesso aos apoios financeiros do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural). Tal facto advém das vantagens competitivas que o nosso país possui para a colocação de excelente kiwi no mercado internacional, assim como da potencialidade do seu crescimento económico.

A APK – Associação Portuguesa de Kiwicultores, tem tido um papel fulcral, dado que desenvolveu em parceria e, com o aval de todos os intervenientes da fileira (produtores, centrais de comercialização e técni-

cos), um Plano Estratégico para a Fileira do Kiwi, que transcreve o estado actual da fileira, os seus interesses e os objectivos concretos que permitirão até 2013, torná-la mais coesa e competitiva, assim como, define os meios necessários para alcançar esses objectivos.

Tornar a fileira do kiwi competitiva, significa passar das actuais 12.000 toneladas nacionais produzidas, para as 24.000 toneladas, aumentar a produtividade média nacional de 11 ton/ha para 20 ton/ha, exportar 50% da produção nacional, melhorar os padrões de qualidade do kiwi português, incrementar a dimensão dos pomares (50% da produção de kiwis proveniente de pomares com a superfície mínima de 4 ha) e das centrais fruteiras (superiores a 4000 toneladas por entreposto) e implementar a IGP “Kiwis Portucale”.

No âmbito do PRODER – Programa de



Desenvolvimento Rural, a produção de kiwi conta com apoios na ordem dos 40% do investimento total, quer para novas plantações, quer para reconversão de pomares já existentes.

Os investimentos médios necessários para a implantação de um hectare de kiwis, rondam os 45.000€ e referem-se a custos de melhoramentos fundiários (preparação de terrenos, drenagens, captações e armazenamento de água, electrificação interna, vedações, etc.), plantação (estrutura de suporte das plantas, aquisição das plantas, sistema de rega, etc.), construções de apoio à actividade, máquinas e equipamentos. Analisando deste modo, é um investimento elevado, contudo a amortização do investimento, na maioria dos casos, acontece entre o 8º e o 10º ano. Normalmente, a primeira produção ocorre 3 anos depois da plantação e ao 5º ano as plantas atingem a plena produção, que pode ir até às 30 ou 40 toneladas por hectare.

O rendimento de uma exploração de kiwis varia em função da produtividade e da qualidade (tamanho e forma) dos kiwis. A partir do 5º ano de exploração, é possível obter rendimentos brutos na ordem das 15.000€ anuais por hectare. Quanto aos custos de exploração, esses podem variar entre 5.000 a 7.000€ por hectare, anualmente.

Os valores apresentados são valores de referência que poderão auxiliar e esclarecer novos investidores na actividade da kiwicultura, contudo, são valores mínimos para agricultores que sejam minimamente rigorosos e que encarem a agricultura com

o profissionalismo que ela merece.

"Tornar a fileira do kiwi competitiva, significa passar das actuais 12.000 toneladas nacionais produzidas, para as 24.000 toneladas, aumentar a produtividade média nacional de 11 ton/ha para 20 ton/ha, exportar 50% da produção nacional, melhorar os padrões de qualidade do kiwi português, incrementar a dimensão dos pomares (...) e das centrais fruteiras (...) e implementar a IGP "Kiwis Portucale".

A cultura do kiwi, como qualquer outra, requer alguns cuidados e exigências.

É uma cultura que requer muito frio durante o Inverno (700 horas com temperaturas abaixo de 7°C), no entanto, as baixas temperaturas no Outono e na Primavera, são extremamente prejudiciais, sendo esta a sua maior limitação, porque restringe as zonas de produção às regiões do Centro e do Norte, junto à faixa litoral, onde o clima é mais ameno e mais húmido.

Outro factor importante, é a necessidade de rega. A cultura do kiwi necessita de água em abundância (7000 a 10000 m³/ha/ano). Por outro lado, é uma cultura muito sensível ao encharcamento, o que significa que requer solos leves, bem drenados.

No que respeita aos cuidados de manutenção, é uma cultura que requer muita mão-de-obra, é necessário um funcionário permanente para tratar de 4 hectares, sendo este o maior en-

cargo de uma exploração de kiwis. Contudo, os custos de aplicação de fitofármacos são nulos, porque, em Portugal, a cultura do kiwi ainda não manifesta qualquer tipo de doenças ou pragas que do ponto de vista económico justifiquem tratamentos fitossanitários.

Os restantes requisitos, são de ordem técnica e nesse ponto a APK tem dado um forte impulso na actividade, uma vez que procura, com sucesso, introduzir técnicas e tecnologias que permitem, não só melhorar as operações culturais, como incrementar as produtividades das explorações.

Por todos os motivos anteriormente referidos, a produção de kiwis é uma actividade rentável para quem quer apostar na agricultura como um negócio, principalmente, para o agricultor que se considera profissional e rigoroso, porque como em todas as actividades, quem ganha é quem sabe produzir o que o mercado procura, neste caso, kiwis com boa forma, bom tamanho e com bom sabor.



Liliana Perestrelo
Secretária Geral da APK

Na cerealicultura

JOVEM EMPREENDEDOR

Nome António José Zorrinho Vieira Lima

Idade 32 anos

Estado Civil Casado

Habilitações Frequência de Direito

Habilitações relacionadas com a actividade Curso Empresário Agrícola

Ano de Instalação 1996

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

Exploração situada no Distrito de Beja, Concelho de Cuba com 450 ha, com cerca de 60% de regadio, os solos são na sua maioria Barros com capacidade de uso A.

SAU: 450 ha

Área coberta: 3.500 m²

Especialização Produtiva: Culturas Arvenses, em regime de Produção Integrada e sementeira directa

Mão-de-obra Permanente: 3

ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que o levaram a enveredar pela actividade agrícola?

Continuidade da actividade familiar, gosto pela agricultura e rentabilidade financeira, pois sem ser rentável não valeria a pena apostar na agricultura.

2 – Principais dificuldades sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actuais?

Capacidade financeira para levar por diante os investimentos, aquando da instalação inexistência de apoio técnico ao investimento, o que levou a cometer alguns erros que poderiam ter sido evitados, diminuindo assim o tempo de retorno do investimento, também a falta de uma política agrí-

cola nacional com a visão necessária a dar estabilidade a médio prazo aos agricultores, por forma a que os investimentos possam ser amortizados de forma razoável, e as expectativas muitas vezes criadas não sejam defraudadas.

3 – Tendo por base a sua experiência quais são os factores de sucesso das primeiras instalações?

Nos dias de hoje a gestão de uma empresa agrícola tem de ser encarada da mesma forma que outra qualquer empresa de outro sector de actividade, um agricultor é um empresário que tem de ser competitivo naquilo que faz, pelo que no inicio será indispensável uma análise técnica detalhada da exploração, para que possam ser escolhidas as culturas e os investimentos com maior rentabilidade para a mesma.

E um acompanhamento técnico continuado da exploração, pois servirá de fio condutor para o sucesso da exploração agrícola.

4 – Perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo

Aumento da superfície regada, possibilidade de efectuar novas culturas, mais exigentes em água, sem ter receio que o ciclo cultural não se efectue por falta da mesma.

Já realizei variadas culturas em alternativa aos cereais, que sempre foram a base desta exploração, e vejo com bons olhos a aposta, por exemplo, nas hortícolas.

5 – Procedeu a estudos de mercado por forma a avaliar a capacidade de escoamento do(s) produto (s)?

Não devido ao facto de todos os meus produtos serem escoados atra-





vés da Cooperativa de Beja.

6 – Acompanha o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Comunicação, numa perspectiva de proceder à sua introdução na exploração?

Sim, a toda a hora, tenho os sistemas de rega computadorizados, efectuo a rega seguindo os avisos de rega através do COTR – Centro Operacional de Tecnologias de Regadio, fiz a instalação de caudalímetros com registos em tempo rega.

7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na sua exploração?

Sobretudo em relação à aplicação de água de rega de forma a que tenha uma eficiência perto dos 100%.

Em toda a unidade de produção se segue os princípios da Produção Integrada e Sementeira Directa, permite-me efectuar as adubações e os tratamentos fitossanitários necessários de forma controlada, com todas as vantagens que daí provêm para o ambiente, e com a sementeira directa consigo reduzir substancialmente os custos da cultura e reduzir o risco de erosão.

UMA PALAVRA DE UM JOVEM PARA OS JOVENS

A agricultura é uma actividade apaixonante, que tem muitas dificuldades escondidas por detrás do que muitas vezes parecem ser facilidades, pelo que quem desejar entrar no sector deve fazê-lo com os pés muito bem assentes na terra, para que essas dificuldades não o deixem ficar pelo caminho.

OS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS COMO PEÇA FUNDAMENTAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SEGUROS

A agricultura é uma actividade em desenvolvimento mundial, impulsionada por factores como o aumento da população, aumento da esperança média de vida - devido a melhor nutrição e acesso a serviços de saúde, maior consumo de carne per capita e ao aparecimento dos biocombustíveis.

A pressão demográfica origina uma crescente procura por alimentos. Estima-se que a produção mundial de alimentos, especialmente de cereais, tenha de crescer 70% até ao ano de 2020 de modo a que a população projectada em 6,5 biliões de habitantes possa viver em segurança alimentar.

A área disponível para agricultura encontra-se em franca redução, aumentando assim a pressão sobre o solo, um recurso escasso, sendo necessário produzir mais em praticamente a mesma área disponível, no passado.

A população tem acesso a melhor nutrição e serviços de saúde o que se traduz num aumento da população assim como o aumento da esperança média de vida, originando a necessidade de produzir mais de modo a suprir as necessidades de alimentos.

Aumenta a procura de carne, os países ocidentais continuam a consumir cada vez mais, assim como outros povos passaram a incluí-la na sua dieta. Em

1980, o consumo per capita de carne, na China, era de 20 quilos e agora é de 50 quilos.

Há necessidade de criar mais animais que até atingirem a idade própria para serem mortos, necessitam de consumir muitos alimentos. São necessários 16 quilos de proteína vegetal para obter apenas 1 quilo de proteína animal.

A escalada de preços do petróleo e restantes combustíveis fósseis, por esgotamento das reservas mundiais e instabilidade política dos países produtores, a par da problemática das alterações climáticas, tem motivado a procura de alternativas energéticas. Os biocombustíveis surgem como uma solução de primeira linha para substituir o exponencial consumo de combustíveis fósseis e as emissões de gases de efeito estufa no sector dos transportes.

Está assim criada a necessidade de produzir cereais, oleaginosas e vegetais utilizados no fabrico dos biocombustíveis (etanol e biodiesel). A procura aumentará em 12 vezes mais até ao ano 2016, passando de 15 a 110 milhões de toneladas.

Por tudo isto é fácil concluir que a produção vegetal ocupa uma posição muito importante para todos nós, e sabendo que o rendimento dessa produção é afectado pelos inimigos das cul-

turas (infestantes, pragas e doenças), é absolutamente necessário proteger as culturas contra esses riscos de modo a evitar a diminuição de rendimento e assim contribuir para a garantia de abastecimento de alimentos às populações.

Os produtos fitofarmacêuticos surgem então como uma peça fundamental pois são o meio mais importante na protecção das culturas.

São fruto de uma investigação cada vez mais sofisticada e exigente.

O modo como os produtos fitofarmacêuticos são usados tem vindo a sofrer alterações.

A par da necessidade de produzir mais surge nos consumidores uma consciência ecológica, preocupando-se cada vez mais com uma alimentação e estilo de vida saudável. Os consumidores passam a privilegiar características como a segurança alimentar, preservação do ambiente e bem estar animal, deixando para segundo plano a qualidade externa, sabor e preço.

Assim ocorre a passagem da luta química tradicional para modos de produção mais amigos do ambiente e com menor risco para o homem, de que é exemplo a protecção integrada e a produção integrada.

A indústria de produtos fitofarmacêu-



tigos é sujeita a legislação específica e rigorosa que também tem sofrido alterações significativas. Em 15 de Julho de 1991 é criada a Directiva 91/414/CEE que tem como objectivo harmonizar a homologação de produtos fitofarmacêuticos, no mercado europeu e definir exigências mais rigorosas de natureza toxicológica e eco-toxicológica.

Os estudos realizados para a homologação são cada vez mais rigorosos na avaliação ao nível de eficácia biológica, selectividade para as culturas, toxicologia, eco-toxicologia, impacto ambiental, resíduos e características físico-químicas.

Através da Directiva 91/414/CEE é tomada a decisão de retirada do mercado de 71 substâncias activas: 17 fungicidas, 18 herbicidas, 2 acaricidas, 28 insecticidas, 2 nematocidas, 1 moluscicida, 3 reguladores de crescimento, 2 rodenticidas e 1 molhante.

Consequência imediata desta medida é a rápida limitação das opções para o controlo dos inimigos das culturas e a inexistência de soluções para algumas finalidades. Os agricultores europeus ficam assim limitados e com dificuldades acrescidas, com o consequente impacto na produtividade agrícola europeia e maior dependência das importações fora do espaço europeu.

É oportuno salientar que a decisão de retirada do mercado é o resultado de uma avaliação muito exigente (grau de toxicidade para o homem e grau de toxicidade para abelhas e organismos aquáticos), o que simplesmente levou a que algumas substâncias activas não tenham sido defendidas pelas empresas fabricantes, uma vez que os estudos necessários são demasiado dispendiosos não compensando a sua

comercialização.

O objectivo principal desta medida é diminuir o risco para os agricultores, ambiente e saúde pública.

A indústria de produtos fitofarmacêuticos procura responder às necessidades de uma agricultura em mudança através da pesquisa de novas moléculas amigas do homem e do ambiente, de forma a cumprirem as novas exigências legais e ao mesmo tempo garantir a eficácia dos seus produtos em relação aos inimigos das culturas.

São investidas avultadas somas em pesquisa e desenvolvimento de produtos menos tóxicos, mais específicos para o problema a combater e com menor impacto ambiental.

Mas não é descartada a possibilidade de com produtos antigos encontrar soluções novas através de novas misturas ou por substituição de componentes por outros menos poluentes.

O objectivo da indústria de produtos fitofarmacêuticos é encontrar soluções para os diferentes problemas fitossanitários de modo a garantir a produção em quantidade e qualidade garantindo alimentos seguros para o homem.

A Nufarm uma das empresas líder no mercado mundial de produtos fitofarmacêuticos, está empenhada em fornecer ao agricultor soluções para os danos causados pelos inimigos das culturas, soluções que respeitem a legislação em vigor contribuindo assim para a qualidade do meio ambiente e segurança do aplicador e consumidor. É nesta perspectiva que a Nufarm lança no mercado nacional o herbicida Etizol, homologado para vinha, macieira, pereira, pousios e zonas não cultivadas.

O herbicida Etizol é seguro para o aplicador.

É seguro para o consumidor final pois os níveis de resíduos detectados são sempre inferiores ao limite máximo de resíduos (LMR) autorizado.

É seguro para as culturas, não apresenta riscos de fitotoxicidade e manifesta-se totalmente selectivo, desde que seja aplicado segundo as recomendações. É seguro para o ambiente pois não é volátil, é pouco móvel no solo e pouco persistente, degradando-se com rapidez em componentes naturais, não tem incidência em animais selvagens e domésticos, abelhas, peixes e micro e macro-fauna, degrada-se na água com rapidez e possui um baixo nível de transferências freáticas.

O herbicida Etizol controla as infestantes respeitando a sua biodiversidade já que não favorece o aparecimento de resistências, o que por sua vez permite enquadrá-lo num esquema de alternância com herbicidas com diferentes modos de acção, podendo ser aplicado só ou em misturas, de que é exemplo o glifosato.

Está indicado para uso em protecção integrada na vinha, macieira e pereira.

Com o lançamento do herbicida Etizol esperamos melhorar os rendimentos dos agricultores e contribuir para a preservação do ambiente e protecção da saúde do consumidor.

A utilização de produtos fitofarmacêuticos é e continuará a ser uma peça fundamental na produção de alimentos em quantidade e qualidade, a preços acessíveis e que garantam a viabilidade económica e social dos que se dedicam à agricultura.

Postos de Atendimento do SNIRB/SNIRA

CONCELHOS	POSTO ATENDIMENTO	TELEFONE
Alenquer	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer	263 711 012
Alfandega da Fé	Ass. De Prod. Agro-Florestais da Terra Quente - AGRIARBOL	279 462 682
Amarante	Associação de Agricultores de Ribadouro	255 431 403
Ansião	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião	236 679 037
Borba	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Borba	268 841 547
Bragança	Ass. para o Desenv. Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval	273 327 037
Cuba	Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo	284 414 140
Elvas	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia	268 626 668
Figueira Castelo Rodrigo	Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior	271 312 139
Lisboa	AJAP - Lisboa	213 244 970
Lousada	Centro de Gestão Agrícola de Vale de Sousa	255 913 305
Macedo Cavaleiros	Ass. De Prod. Agro-Florestais da Terra Quente - AGRIARBOL	278 421 698
Macedo de Cavaleiros	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha	278 425 756
Mértola	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola	286 612 057
Mogadouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro	279 341 650
Moura	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Moura	285 254 775
Odemira	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Odemira	283 327 227
Salvaterra de Magos	Balcão Rural Foros Salvaterra	263 501 500
Sousel	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor Sousel	268 551 458
Terras de Bouro	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro	253 356 089
Valongo	Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Valongo	224 219 160
Vila do Conde	Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho	252 661 740
Vinhais	Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo	278 369 348

COMERCIAL QUÍMICA MASSÓ S.A.

A chave do sucesso para as suas culturas



Disponível no seu fornecedor habitual

NOVO PERÍODO DE CANDIDATURAS À INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

A segunda fase de candidaturas à Acção 1.1.3 “INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES”, integrada no Subprograma nº 1 “Promoção da Competitividade” do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PRODER, e que contempla a concessão de um prémio à instalação do valor de 40.000 euros sob a forma de subsídio não reembolsável, vai decorrer entre os dias 1 de Setembro e 31 de Outubro de 2008.

Podem beneficiar do prémio à primeira instalação previsto na Portaria nº 357-A/2008 de 9 de Maio:

- Os Jovens Agricultores que se instalem, pela primeira vez, a tempo completo ou parcial, numa exploração agrícola nos seis meses anteriores à data de apresentação do pedido de apoio;
- As pessoas colectivas que revisitam a forma de sociedade por quotas com actividade agrícola como objecto social, desde que os sócios gerentes que sejam detentores da maioria do capital social tenham mais de 18 e menos de 40 anos à

data de apresentação do pedido, e se instalem pela primeira vez como tal.

Critérios de elegibilidade

- Possuir o 9º ano de escolaridade;
- Possuir aptidão e competência profissional adequada de acordo com os requisitos mínimos definidos no Quadro abaixo, todavia poderão adquirir, no prazo de 36 meses, a contar da celebração do contrato de financiamento, a aptidão e competência profissional adequada;
- Deterem a titularidade da exploração agrícola objecto da primeira instalação;
- Deterem um sistema de contabilidade organizada, ou um sistema de contabilidade simplificada, aplicado nos termos das normas RICA, ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito.

Os candidatos devem apresentar um Plano Empresarial relativo a um período de cinco anos com coerência técnica, económica e financeira para uma exploração que apresente via-

bilidade económica, bem como um Plano de Formação com a identificação da formação necessária para adquirir a aptidão e competência profissional adequada quando, à data da apresentação do pedido de apoio, candidato não a possuir, bem como da formação complementar de interesse relevante para o exercício das actividades da exploração agrícola.

Os jovens em regime de primeira instalação podem beneficiar de ajudas ao investimento enquadradas na acção 1.1.1 “Modernização e Capacitação das Empresas”. Se o plano empresarial incluir investimentos enquadráveis na acção 1.1.1 os pedidos de apoios deverão ser apresentados em simultâneo.

A AJAP coloca à disposição de todos os Jovens Agricultores que se pretendam instalar uma vasta equipa de técnicos qualificados para os/as ajudar a preparar o dossier de candidatura e elaborar o respectivo Plano Empresarial.

Para mais informações e esclarecimentos por favor contacte a Sede da AJAP por telefone (21 324 49 70) ou e-mail (ajap@ajap.pt).



JOVENS AGRICULTORES EUROPEUS AS PRIORIDADES DA PAC APÓS 2013

No seguimento do Seminário em An-necy-TALLOIRES, França, subordinado ao tema "Que Política Agrícola Comum (PAC) para assegurar após 2013 a renovação de gerações na agricultura?" que teve lugar entre os dias 20 e 23 Setembro 2008, o CEJA adoptou a seguinte declaração:

INTRODUÇÃO

Todos os grandes êxitos da construção europeia tem sido baseados numa forte vontade política, pelo que o Conselho Europeu dos Jovens Agricultores (CEJA) sublinha a importância de começar a definir a Política Agrícola Comum (PAC) pós 2013 como um projecto ambicioso, apoiado por toda a sociedade civil europeia:

- Oferecendo perspectivas claras para os jovens agricultores de hoje e de amanhã, para facilitar os investi-

mentos e oferecer-lhes verdadeiras possibilidades de desenvolverem as suas empresas;

- Restabelecer a legitimidade da PAC aos olhos dos cidadãos europeus.

Instalar-se no sector agrícola significa enfrentar novos desafios num contexto de crescentes exigências da sociedade europeia. A agricultura europeia tem de responder a estas expectativas de servir os cidadãos europeus e demandas da sociedade da segurança alimentar e de segurança, questões ambientais e de uso da terra etc.

Para a agricultura europeia para cumprir todas essas missões, o rejuvenescimento da sua população activa é indispensável. Por isso, o CEJA partilha a opinião do Parlamento Europeu: a renovação das gerações na agricultura deverá constituir a prioridade da PAC para o futuro.

DESAFIOS PARA A AGRICULTURA EUROPEIA

São muitos os desafios que a agricultura europeia terá de enfrentar nos próximos anos:

- a população mundial atingirá 9 biliões de habitantes em 2050, e a produção agrícola mundial terá de duplicar para satisfazer a crescente necessidade de alimentos;
- A procura de produtos agrícolas não-alimentares está a aumentar e a tornar-se uma alternativa estratégica devido ao aumento dos preços dos combustíveis e ao aquecimento global;
- Os cidadãos europeus exigem mais e maior segurança alimentar, a rastreabilidade dos géneros alimentícios e o cumprimento das

normas europeias de qualidade;

- A manutenção da paisagem europeia e de uma rede económica de PME's estão intimamente ligados à disseminação da actividade agrícola por todo o território rural europeu;

- O recente aumento dos preços dos bens anuncia a crescente volatilidade dos preços, especialmente com a abertura dos mercados mundiais.

Estes desafios confrontam a agricultura europeia com muitas novas questões relativas à alimentação, o ambiente, as questões sociais, territórios, de energia etc. Esta é a razão pela qual o CEJA requer que os objectivos futuros da PAC sejam definido agora, juntamente com os correspondentes instrumentos.

NOVOS OBJECTIVOS PARA A PAC APÓS 2013

Tendo em conta este novo contexto, os jovens agricultores europeus acreditam que a futuro política agrícola deverá cumprir cinco objectivos:

1. Garantir a disponibilidade alimentar, segurança, diversidade e qualidade para todos os cidadãos europeus;
2. Manter uma agricultura sustentável na Europa para preservar o meio ambiente;
3. Contribuir para a vitalidade económica e social dos territórios
4. Permitir o rejuvenescimento da população agrícola;
5. Promover o Modelo Europeu Agrícola tanto a nível europeu como internacional.



PRODER

08/08/08

D.R. n.º 153, Série I

Portaria n.º 820/2008

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.6.2, «Regadio de Alqueva», no âmbito da medida n.º 1.6, «Regadios e outras infra-estruturas colectivas», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

12/08/08

D.R. n.º 155, Série I

Portaria n.º 846/2008

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.3.3 «Modernização e Capacitação das Empresas Florestais», da medida n.º 1.3, «Promoção da competitividade florestal», integrada no subprograma n.º 1 «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

28/08/08

D.R. n.º 166, Série I

Portaria n.º 964/2008

Aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.6.1, «Desenvolvimento do Regadio», da medida n.º 1.6, «Regadio e outras infra-estruturas colectivas», integrada no subprograma n.º 1, «Promoção da competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

Animais

27/06/08

D.R. n.º 123, Série II

Despacho n.º 17402/2008

Taxas DGV - Licenciamento de alojamento de animais

17/07/08

D.R. n.º 137, Série II

Despacho normativo n.º 34/2008

Altera o despacho normativo n.º 20/2008, de 20 de Março (Artigo 4.º - Datas e períodos de candidatura à reserva nacional e de transferência e cedência de direitos referentes aos sectores de bovinos, ovinos e caprinos)

08/08/08

D.R. n.º 153, Série I

Decreto-Lei n.º 158/2008

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 265/2007, de 24 de Julho, que visa assegurar a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico interno, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1/2005, do Conselho, de 22 de Dezembro de 2004, relativo à protecção dos animais em transporte, fixando simultaneamente as normas a aplicar ao transporte rodoviário efectuado em território nacional, bem como ao transporte marítimo entre os Açores, a Madeira e o continente, assim como ao transporte entre ilhas

RPU

09/06/08

D.R. n.º 110, Série I

Portaria n.º 410/2008

Procede à sétima alteração à Portaria n.º 1202/2004, de 17 de Setembro, que estabelece as regras nacionais complementares relativas ao primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, previsto no título III do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, bem como nos Regulamentos (CE) n.os 795/2004 e 796/2004, ambos da Comissão, de 21 de Abril

Vitivinicultura

29/07/08

D.R. n.º 149, Série I

Portaria n.º 738/2008

Designa a Com. Vitivinícola Reg. do Ribatejo - Entidade Certificadora (CVRR-EC) como entidade certificadora para exercer funções de controlo da produção e comércio e de certificação dos produtos vitivinícolas com direito à denominação de origem (DO) «Ribatejo» e à indicação geográfica (IG) «Ribatejano»

04/08/08

D.R. n.º 149, Série I

Portaria n.º 739/2008

Designa a Com. Vitivinícola da Reg. de Lisboa (CVRLx) como entidade certificadora para exercer funções de controlo da produção e comércio e de certificação (...) «Alenquer», «Arruda», «Bucelas», «Carcavelos», «Colares», «Encostas d'Aire», «Lourinhã», «Óbidos» e «Torres Vedras» e IG «Estremadura»

01/09/08

D.R. n.º 168, Série I

Portaria n.º 974/2008

Estabelece, para o continente, as normas complementares de regularização de plantações de vinhas sem um direito correspondente, designadas de plantações ilegais

01/09/08

D.R. n.º 168, Série I

Portaria n.º 975/2008

Estabelece, para o território do continente, as normas complementares para execução da ajuda à utilização de mosto de uvas concentrado e mosto de uvas concentrado rectificado nas campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2011-2012

02/09/08

D.R. n.º 169, Série I

Portaria n.º 983/2008

Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares da ajuda a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação nas campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013

04/09/08

D.R. n.º 171, Série I

Portaria n.º 1000/2008

Designa a Com. Vitivinícola Reg. Alentejana (CVRA) como entidade certificadora para exercer funções de controlo da produção e comércio e de certificação (...) «Alentejo» e à indicação geográfica (IG) «Alentejano»

Diversos

04/06/08

D.R. n.º 107, Série I

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 298/98, de 28 de Setembro, que cria uma linha de crédito de curto prazo destinada às pessoas singulares ou colectivas que se dediquem, no continente, à agricultura, silvicultura e pecuária

02/09/08

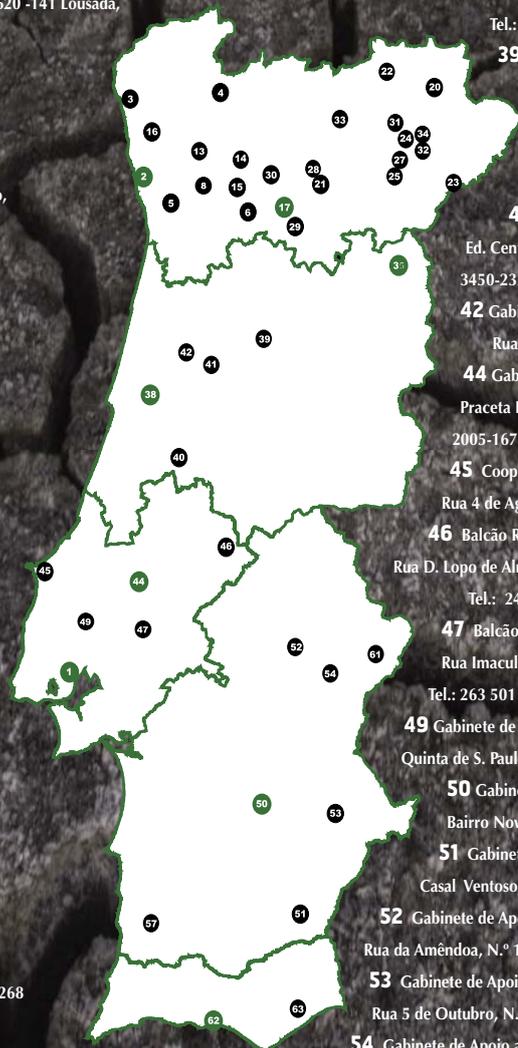
D.R. n.º 169, Série I

Portaria n.º 984/2008

Aprova o regulamento das taxas devidas por serviços prestados pela DGADR e pelas DRAP (...), bem como os respectivos montantes, regimes de cobrança e distribuição

Gabinetes de Apoio Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa, Tel.: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural
Praça General Barbosa, n.º 85, 1.º, Sala 3, 4900-347 Viana do Castelo. Tel.: 258 847 101
- 4** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro
Rua dr. Paulo Marcelino, 46, 4840-100 Terras de Bouro, Tel.: 253 356 089
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adega Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 -141 Lousada,
Tel.: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintá de Cima - Prazins, 4801 - 910
Guimarães, Tel.: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto,
Tel.: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho,
Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1,
4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543
- 17** Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Cãmilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da
Régua, Tel.: 254 322 502
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da
Terra Fria - Monteval Av. 22 de Maio, Lote 3,
R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança,
Tel.: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó,
Tel.: 259 950 532
- 22** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1.º, 5335 - 102 Rebordelo,
Tel.: 278 369 348
- 23** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro,
Tel.: 279 341 650
- 24** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2.º, Esc. 2, 5340 - 268
Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756
- 25** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Praça da República, 18 - 1.º, 5110 - 127 Armamar, Tel.: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Edifício Vilalva, Loja EO, 5000-586 Vila Real



- 31** Gabinete de Apoio Agrícola
Rua da Fonte do Paço, Edifício Maria da Fonte, 1.º C - 3, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros,
Tel.: 278 425 737
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros,
Tel.: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega,
Tel.: 231 525 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Cooperativa Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda,
Tel.: 236 679 037
- 41** Cooperativa Agrícola da Beira Agueira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Mel L. Ferreira, Lt. 12,
3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470
- 42** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
Praceta Habijovem, Lote 141, Rch,
2005-167 Santarém, Tel.: 243 352 916
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200 - 281 Abrantes,
Tel.: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, N.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra,
Tel.: 263 501 500
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote I-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458
- 53** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Moura
Rua 5 de Outubro, N.º 32, 7860-013 Moura, Tel.: 285 254 775
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547
- 57** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Odemira
Rua Eng.º Arantes e Oliveira, 5, 7630 - 149 Odemira, Tel.: 283 327 227
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel.: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000-673 Estoi Tel.: 289 994 581
- 63** FRUSOAL- Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela Tel.: 281 950 400